

Parte I – A delegação e a crença no estado: tecendo uma narrativa possível sobre a constituição de “sujeitos LGBT” no Brasil
Capítulo 1 – As conferências e a produção de um campo de “direitos LGBT”

Silvia Aguião

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, A. As conferências e a produção de um campo de “direitos LGBT”. In: *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 47-81. Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidades e cultura collection. ISBN 978-85-7511-489-6.
<https://doi.org/10.7476/9788575115152.0005>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 1 AS CONFERÊNCIAS E A PRODUÇÃO DE UM CAMPO DE “DIREITOS LGBT”

Portanto, essa espécie de ato original de constituição, no duplo sentido, filosófico e político, que a delegação representa é um ato de magia que permite fazer existir o que não passava de uma coleção de pessoas plurais, uma série de indivíduos justapostos, sob a forma de uma pessoa fictícia [...] (Bourdieu, 2004, p. 194).

Em 28 de novembro de 2007, um *Decreto* da Presidência da República convocou a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Esse decreto determinou que a realização da conferência, em data ali estipulada, estava sob os auspícios da então chamada Secretaria Especial de Direitos Humanos, a partir de uma comissão organizadora constituída por meio de uma portaria, e que

a reunião nacional teria a participação de “delegados representantes da sociedade civil”, eleitos em conferências estaduais, e “delegados do poder público, na proporção sessenta e quarenta por cento, respectivamente”.¹

Ainda de acordo com o decreto, os trabalhos da conferência deveriam se dar em torno do tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais” e teriam como objetivos: “i) propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT; e ii) avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia”.

No início de 2008, fui convidada a participar de uma das primeiras reuniões preparatórias do processo de organização das conferências no Rio de Janeiro. Uma situação presenciada naquela reunião despertou meu interesse e provocou algumas das ideias iniciais que deram origem a esta pesquisa.

Naquela ocasião, foi apresentado o *Regimento* da conferência, elaborado pela Comissão Organizadora Nacional, contendo algumas regras para a organização das etapas estaduais e a metodologia de participação. Para o que visou ressaltar aqui, são dois os pontos relevantes desse documento: o artigo 8.º – “A realização da Conferência Estadual é fator indispensável para escolha dos delegados da Conferência Nacional GLBT” – e o artigo 28 – “A delegação a ser eleita nas Conferências Estaduais para a Conferência Nacional deverá ser composta por, no mínimo, 50% de pessoas com identidade de gênero feminina (mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis)”.²

¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto de 28 de novembro de 2007. Convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e dá outras providências (não numerado). Ver anexo C1, p. 339. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11426.htm. Acesso em: 5 fev. 2013.

² *Regimento da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais: “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”*. Aprovado pela Comissão Organizadora em 10 de janeiro de 2008. A Comissão Organizadora responsável pela elaboração do regimento foi constituída a partir de uma portaria da

Após a leitura do regimento, notei um pequeno alvoroço entre algumas mulheres, integrantes de movimentos de lésbicas, perto de mim e me aproximei para perguntar o que estava acontecendo. Escutei uma dizer para a outra: “Precisamos ficar atentas, senão elas vão pegar o nosso lugar”, e o “elas”, aqui, referia-se principalmente a travestis e mulheres transexuais. Fiquei sabendo depois que estas últimas poderiam ocupar as cotas de “identidade de gênero feminina”, diminuindo as vagas para mulheres lésbicas.

Ainda pouco experimentada nas dinâmicas do campo de pesquisa, o que mais me chamou a atenção na cena foi a explicitação da disputa entre as identidades agregadas então sob a sigla GLBT e o quanto isso era um reflexo dos limites ou um efeito das políticas calcadas justamente em identidades. Mais tarde, durante a pesquisa, percebi que as disputas entre o “L” e o “T” da sigla eram frequentes, mas não só, como será visto adiante. Num outro plano, comecei a refletir sobre como um documento – no caso, um regimento – resultante de uma iniciativa cristalizada em outro documento – um decreto presidencial de abrangência nacional – reverberava no plano local. Um decreto estipulou uma situação nova, provocou a formação de uma comissão organizadora que, por sua vez, estabeleceu mais uma série de critérios e condições, instando pessoas a se mobilizarem para realizar um evento com prazos, método e formatos específicos de participação preestabelecidos.

Ainda sobre critérios de participação, impressionou-me a inserção de cotas de gênero como condição necessária para a formação da delegação, com o estabelecimento de quais sujeitos poderiam ser incluídos ou se incluírem nas cotas de *identidade de gênero feminina* (repito: “mulheres, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”) e o que isto queria dizer sobre as concepções a respeito de gênero e sexualidade que ali estavam sendo operadas. Então, um homem gay não poderia se identificar com o gênero feminino? Por que não? Então, o que exatamente definiria gênero nessa situação senão a autotaxi-ficação? Apenas aqueles

Secretaria de Direitos Humanos (Portaria nº 260, de 21 de dezembro de 2007, publicada no *Diário Oficial da União* n.º 246, de 24 de dezembro de 2007).

que se identificam como travestis e transexuais poderiam dispor da dissociação entre identidade de gênero e sexo anatômico? Uma mulher que se identificasse com o gênero masculino seria compulsoriamente computada nas cotas de gênero feminino independentemente disso?³

Ao me sentir intrigada com esse tipo de disputa e de diferenciações institucionalizadas em *decretos* e *regimentos*, entre outras questões, comecei em 2008 a observar e a participar das etapas no Rio de Janeiro que antecederam a I Conferência Nacional LGBT.

Compreendo as conferências como eventos-chave para a produção não só do que se convencionou chamar “população LGBT” para o governo brasileiro, mas também do campo mais amplo que envolve o que poderíamos denominar de “políticas LGBT” no Brasil. Esse conjunto de relações abarca organizações não governamentais, movimentos sociais estruturados em diferentes formatos, o campo acadêmico que se dedica à reflexão sobre o tema e uma série de atores e objetos multifacetados. Encaro-os como espaços privilegiados para perceber como esse universo é produzido relacionalmente e como conflitos, embates e disputas funcionam para constituir e continuamente definir os limites e as fronteiras do próprio campo.

Outra determinação da comissão organizadora da I Conferência Nacional foi a de que a realização das conferências estaduais ficaria a cargo de comissões organizadoras a serem estabelecidas localmente.⁴ No Rio de Janeiro, a conferência foi convocada por decreto do governador, em 28 de fevereiro de 2008. Segundo este, antes do encontro estadual, nove pré-conferências regionais abrangendo todos os municípios do estado deveriam ser realizadas com a “finalidade de discutir a interiorização e a ampliação da participação do Movimento LGBT local e gestores públicos locais e eleição de delegados para a conferência estadual”. O decreto ainda apontou os objetivos da

³ Cabe notar aqui que, nessa época, início de 2008, a presença de homens transexuais era rara nessa cena política.

⁴ Deixando claro que a prerrogativa de convocar e promover as conferências nos estados seria dos governos estaduais. De fato, a realização de conferências no nível estadual depende da vontade dos governos executivos locais, uma vez que o governo federal não pode desrespeitar a autonomia dos estados estabelecida pela Constituição Federal.

conferência: “i) discutir e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional e estadual de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT); ii) avaliar e propor estratégias para implantar o Programa Estadual Rio Sem Homofobia; iii) avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia; iv) eleger os delegados do estado do Rio de Janeiro para a Conferência Nacional”.⁵

As pré-conferências previstas pelo decreto, segundo relatório elaborado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SuperDir) da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH-RJ), reuniram cerca de 1.200 pessoas. Já para a Conferência Estadual, o relatório aponta cerca de 600 participantes. Não me ateno aqui aos eventos estaduais, apresento apenas alguns dados mais gerais para dar uma noção da série de conferências que ocorreram antes da nacional e do tipo de mobilização que provocaram.⁶

De fato, causava impressão a quantidade de pessoas que pareciam subitamente mobilizadas politicamente em torno da reivindicação de “direitos LGBT”. Segundo uma das pessoas envolvidas na organização dos eventos, a mobilização foi possível por conta de diversas articulações e parcerias feitas com prefeituras, secretarias, ONGs e todo tipo de lideranças locais (não necessariamente envolvidas de forma direta com grupos LGBT). E, assim, um dos objetivos apresentados pela organização – o de fortalecer “redes de articulação e mobilização do movimento social LGBT no estado” – parece ter sido logrado. Onde não havia qualquer tipo de movimento organizado, a partir daquele momento, passava a existir.

Acredito que a pergunta pode ser expandida: O quanto de movimento social foi criado e quantas demandas foram provocadas a partir do

⁵ Decreto n.º 41.196, de 28 de fevereiro de 2008. Publicado no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Ver anexo C1 (p. 339). No capítulo 5, detenho-me no processo de implantação da política Rio Sem Homofobia.

⁶ Acompanhei no Rio de Janeiro a Pré-Conferência de Políticas Públicas para GLBT da Capital da Cidade do Rio de Janeiro e a I Conferência de Políticas Públicas para GLBT do Estado do Rio de Janeiro, ambas realizadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de 15 a 18 de maio de 2008.

decreto da I Conferência Nacional e da consequente mobilização de pessoas para participarem segundo critérios predefinidos? Todos os 27 estados da federação realizaram conferências estaduais e enviaram “delegados” para a etapa nacional, que enfim ocorreu em junho de 2008.

A I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) aconteceu em um imenso centro de convenções em Brasília. Ao todo, foram 1.118 participantes, distribuídos entre “delegados” (569), “observadores” (441) e convidados (108).⁷

Com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT”, como citado anteriormente, o objetivo da conferência era sugerir propostas e ações para a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Para cumprir esse objetivo, as atividades de discussão de propostas foram divididas em dez grupos de trabalho.⁸ Todos os participantes receberam o *texto-base*⁹ da conferência e um *caderno de propostas* consolidadas, que consistia em uma condensação dos relatórios finais das conferências estaduais.

De maneira geral, a metodologia das conferências segue um mesmo modelo. Após a solenidade de abertura, há uma primeira plenária que visa à aprovação do regulamento da reunião. Com o regulamento aprovado, seguem-se alguns painéis expositivos, e depois os participantes se dividem em grupos para discutir e compor propostas. Findo o trabalho nos grupos, as propostas aprovadas vão para apresentação na plenária final, na qual poderão ser *suprimidas*, *alteradas* ou *aprovadas* em caráter definitivo para inclusão no relatório final do evento.

⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasil, 5 a 8 de junho de 2008.

⁸ Grupos de Trabalho da I Conferência LGBT 2008: 1-direitos humanos; 2-saúde; 3-educação; 4-justiça e segurança pública; 5-cultura; 6-comunicação; 7-turismo; 8-trabalho e emprego; 9-previdência social; 10-cidades e esportes.

⁹ O conteúdo do texto-base tratava de um apanhado da história do movimento LGBT, um panorama breve da conjuntura internacional e de iniciativas legislativas nacionais, “Princípios e diretrizes do evento”, uma revisão de iniciativas de políticas públicas para o tema, um “diagnóstico” e “estratégias de gestão e de ação” para cada um dos temas dos grupos de trabalho, um item versando sobre ações governamentais desenvolvidas com o foco em “mulheres”, um item sobre “temas transversais”, a saber: “idosos”, “pessoas com deficiência”, “infância, adolescência e juventude” e mais dois itens versando sobre o Ministério Público e o Poder Judiciário

A programação da I Conferência se estendeu por uma noite e três dias inteiros. A primeira noite foi tomada pela solenidade de abertura, uma “palestra magna” e a presença, não anunciada quando da divulgação da programação do evento, do presidente Lula.

Como fiquei sabendo depois, a presença do presidente era uma possibilidade, mas causava desconfiança em muitos, ainda poucos minutos antes do início da cerimônia de abertura. Embora breve, a sua fala se estendeu para além do que exigiria o protocolo, surpreendendo até mesmo os mais otimistas presentes. Apesar de certos deslizes no discurso terem causado incômodo inicial a alguns ativistas (como o uso da palavra “homossexualismo” e do termo “opção sexual”¹⁰), sua presença foi o ponto alto do evento. Conversando com vários participantes na época, ouvi que ter o presidente discursando na conferência significava o “reconhecimento pelo Estado” da legitimidade das demandas LGBT. Ao longo dos dias que sucederam a abertura, também era comum ouvir nos bastidores que só o fato de a conferência estar acontecendo já era uma enorme vitória.

Em seu discurso, Lula fez comparações com a Conferência da Igualdade Racial e citou o projeto do Estatuto da Igualdade Racial como exemplo de que, se não houvesse um consenso nas proposições a serem encaminhadas para o Congresso Nacional, estas não poderiam ser votadas, caso do referido Estatuto naquele momento. O presidente garantiu que: “[...] o tratamento que vocês terão, com o documento que apresentarem, será igual ao tratamento que nós demos às 49 conferências que aconteceram antes da de vocês. Se não for assim, nós estaremos fazendo apenas uma meia democracia [...]”.

¹⁰ “[...] ninguém pergunta a opção sexual de vocês na hora de pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo nesse país. Por que discriminar na hora em que vocês, livremente, escolhem o que querem fazer com o seu corpo?”. O termo “opção sexual” é profundamente rechaçado pelo movimento organizado, pois denotaria uma questão de escolha pessoal consciente, o que, politicamente, por exemplo, poderia dar abertura para iniciativas como o Projeto de Lei 717/2003, de autoria de um deputado religioso, que previa a destinação de verbas públicas para “curar” homossexuais. Já “homossexualismo” é uma palavra rechaçada por ter um sufixo que traria referenciais relacionados à doença e não a dimensões mais amplas da sexualidade. Sendo assim, os termos tidos como corretos politicamente são “orientação sexual” e “homossexualidade”.

Respondendo a uma brincadeira feita pelo então presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT,¹¹ Toni Reis, em fala que o antecedeu, o presidente se disse orgulhoso do fato de que “nunca antes na história do planeta um presidente convocou uma conferência como esta”, e afirmou: “estamos vivendo no Brasil um momento de reparação”. Encerrou a sua explanação ressaltando o marco que representava aquele evento: “Então, eu acho que esse dia é realmente histórico. Eu penso que vocês não têm ainda a dimensão do que este dia pode causar como efeito multiplicador de quebra de preconceitos e de conquista de direitos”.

O discurso do presidente encerrou a solenidade de abertura após as exposições de algumas outras “autoridades”. O então ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vanucchi, afirmou que a conferência fazia parte da revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos, que em 2008 passava por um “debate inédito”:

[...] no cômputo das muitas conferências já realizadas [...] o PNDH não deveria ser mais do que a junção da conferência da mulher, da conferência da igualdade racial, da conferência da saúde, das conferências de cada um dos segmentos [...]. Nesse encontro, o Brasil cresce mais um pouco como exemplo de democracia [...] democracia que avança em direitos humanos pouco a pouco, mesmo sobre a base de quatro séculos de escravidão [...] a criação da Seppir, a política de cotas representam a sustentação da equidade [...] Não é um fenômeno meramente substantivo de igualdade. Equidade é mais preciso e mais concreto. É justiça no caso concreto. Equidade é tratar desigualmente os desiguais, para produzir justiça.

Traçando um paralelo com a declaração do racismo como incompatível com a democracia, o ministro afirmou que “o que

¹¹ Associação criada em 1995 que, à época da pesquisa, agregava mais de 280 organizações filiadas em todo o Brasil, sendo, de acordo com o seu site, a maior rede LGBT na América Latina. É a instância que costuma responder nacionalmente pela “população LGBT”.

queremos hoje é declarar a homofobia como incompatível com a democracia” e que ali o Brasil declarava ser “o lugar sim da convivência na diferença”. E encerrou sua fala dizendo que, por meio de estratégias de “enfrentamento” e “convencimento”, deveríamos nos ver como parte da luta em “defesa dos direitos da criança, da igualdade de gênero, da igualdade racial”, que “é a mesma luta dos índios, das pessoas portadoras de deficiência”.¹²

O discurso de Paulo Vanucchi chama a atenção também pela forma e pelo número de vezes com que se dirige retoricamente ao presidente da República. Em oito páginas de transcrição, o “presidente” é pontuado 17 vezes durante o seu pronunciamento, como exemplifica o trecho: “o nosso enorme agradecimento, presidente, a todo o apoio, a toda a força que nos deu em momentos de hesitação”, ou “eu me perguntava hoje, presidente, se este encontro celebra mais a liberdade ou mais a igualdade”, ou “Presidente, nosso planeta ainda tem países onde a homossexualidade é punida com pena de morte”. Este é um recurso retórico comum de técnicas de oratória, mas também representa uma estratégia de chamamento e comprometimento do presidente ali presente, tendo sido utilizada ainda com mais ênfase pelo presidente da ABGLT, que, em cinco páginas de transcrição, invocou o “presidente” 19 vezes: “É isso que nós queremos, presidente Lula. E nós colocamos nas suas mãos o nosso futuro para a questão da discriminação”.

Na intervenção do então ministro da Saúde, reverberou como destaque o anúncio da realização de cirurgias de transgenitalização pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O ministro também ressaltou a possibilidade do uso do nome social por travestis e transexuais usuárias/os do SUS e comentou sobre a “resposta brasileira à epidemia de AIDS”, reconhecendo o papel do ativismo LGBT na construção de um embasamento na defesa dos direitos humanos.

O segundo dia foi ocupado por painéis temáticos. O painel de abertura “Introdução à orientação sexual e identidade de gênero” consistiu em uma exposição didática que pareceu uma tentativa de

¹² Como será visto, a comparação insistente e a inserção da “luta” LGBT no bojo da luta de outras “minorias” são constantes.

estabelecer ali um consenso sobre como definir conceitualmente os termos que davam título à apresentação. Em seguida, o painel “Conjuntura internacional – contextualização e perspectivas” contou com a participação de representantes de outros países da América Latina e da África, em exposições que fizeram referência a tratados e convenções internacionais de direitos, manifestaram ausências de marcos regulatórios de direitos relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero, e, algumas vezes, mencionaram o quanto o Brasil tinha “avançado” em relação às ações (ou não ações) de governos de outros países.

Após esses dois primeiros painéis, os quatro seguintes se dedicaram, respectivamente, ao “Poder Legislativo”, ao “Poder Judiciário e Ministério Público”, ao “Poder Executivo” e ao “Poder Público Federal”. Destaco aqui apenas alguns pontos levantados nessas exposições.

O painel sobre o Poder Legislativo ressaltou justamente a falta de legislação federal relativa aos “direitos LGBT” e a inércia do Legislativo quanto aos variados casos de ações favoráveis envolvendo tais direitos no Judiciário. A explicação para o não andamento dos projetos no Legislativo foi creditada à “falta de articulação”, à necessidade de localizar “aliados” e de reavaliar “táticas” de incidência política e à “reação fundamentalista” de determinados “segmentos religiosos” do Congresso Nacional. Como prioridades da “agenda Legislativa LGBT” foram destacadas: a regulação da união civil entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia e a mudança de prenome para transexuais (não necessariamente nesta ordem).

As exposições do painel do Judiciário deram certo destaque para a atuação do Ministério Público. Alguns expositores ressaltaram a possibilidade de obter resultados por meio da judicialização de demandas, como forma indireta de pressionar o Legislativo,¹³ enquanto outros criticaram esse tipo de estratégia. Para alguns, o Judiciário representa um espaço importante de visibilidade para determinadas demandas, ao

¹³ Fala de uma procuradora: “Eu acho que a gente tem muito para conquistar. Mas é a atuação no dia a dia, judicializando ao máximo as demandas que forem possíveis, porque se cria uma situação prática que o legislador vai ter que enfrentar”.

passo que outros fizeram referência a decisões favoráveis de juízes apenas como vitórias isoladas.

O último bloco abordou ações previstas no programa Brasil Sem Homofobia. Expositores ligados ao governo buscaram apontar ações realizadas ou a realizar, e expositores que representavam de algum modo o movimento social cobraram ações não cumpridas.¹⁴

O terceiro dia do encontro foi aberto com a votação do regulamento da conferência, que se estendeu por uma longa votação na plenária repleta de destaques e disputas. Tiveram, então, início os grupos de trabalho, que se seguiram até a noite. Divididos por temas, os grupos se constituíram como espaços de discussão, elaboração e aprovação de propostas. E o último dia do evento foi todo reservado para a plenária final, com apresentação e discussão das propostas aprovadas nos grupos, e também de votação de moções e da "carta de Brasília". A plenária final, palco de muitos conflitos e debates, só terminou na madrugada, por volta das 2h30. O tempo para discussão parece nunca ser suficiente, porque todos precisam falar e ser ouvidos para que a plenária se constitua de fato como "um espaço democrático".¹⁵ Apresentarei mais adiante um pouco do formato e do conteúdo das propostas debatidas, percorrendo os documentos produzidos como resultado do evento.

Assim, o que sobressaiu da I Conferência foi que, embora denúncias de violação de direitos tenham sido recorrentes e, conseqüentemente, tenha havido a chamada de responsabilização do "Estado" para essa situação, o clima geral foi de celebração de "um marco histórico". O "reconhecimento pelo Estado" foi a tônica predominante.

Uma resolução marcante do evento foi a aprovação da alteração da sigla que representa a coletividade. Se até aquele momento a ordem das

¹⁴ Após as exposições dos painéis, que tomaram a manhã e a tarde do segundo dia do evento, a noite ainda reservou espaço para o lançamento de livros, exposições e outras "atividades culturais".

¹⁵ Ao se dedicar à análise de reuniões de formatos diversos entre trabalhadores rurais, Comerford (1999, 2002) destrincha alguns dos elementos precípuos que, de modo geral, as compõem: um objetivo, uma pauta, uma programação, uma coordenação, o uso da palavra falada e escrita e elementos de conclusão, como propostas e definição de ações. Entre os procedimentos esperados, consta a fala de todos, ou seja, que as reuniões sejam de fato um espaço de que todos participem. E, ao falar, é preciso demonstrar o domínio do bom uso da palavra, incluindo convencimento e persuasão de quem ouve.

letras que a compõem era GLBT, o “L” (relacionado a lésbicas) passou a ser usado no início da sigla: LGBT. A justificativa da alteração foi dar mais “visibilidade” ao “segmento” de lésbicas. Como resultado consolidado do encontro, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT em maio de 2009.

A I Conferência, como o nome indica, trazia no seu horizonte a realização de outras edições. A expectativa era de que um processo contínuo de produção e avaliação de diretrizes para a implementação de políticas públicas se iniciasse ali. Passados pouco mais de três anos, entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, aconteceu em Brasília a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, com o tema “Por um país livre da pobreza e discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.

Cena 2 – Noite de quinze de dezembro de dois mil e onze

É anunciada a formação da mesa de abertura, e seus componentes são chamados a subir ao palco. Auditório lotado. Vemos e ouvimos o público de pé, com faixas e bandeiras em punho, algumas vaías, vociferando repetidamente: “Ô Dilma, que papelão, não se governa com religião!”, “A Dilma pisou na bola, a homofobia continua na escola!”. O Hino Nacional começa a ser cantado pela travesti Valéria Houston, cortando a gritaria da plenária. Alguns ainda resistem um pouco, mas acabam aderindo ao hino, de pé. Ao término, a audiência prossegue repetindo: “Ô MEC, sai do armário, o kit homofobia é prioritário!”. A mesa dá continuidade aos trabalhos como se nada incomum estivesse acontecendo. O cerimonial cita as “autoridades” presentes, e, em seguida, a travesti Keila Simpson é chamada para recitar um poema. Faz-se silêncio novamente.

O clima da abertura de 2011 foi bastante diferente daquele a que assistimos na primeira edição da Conferência, na qual o presidente

Lula e os demais representantes do governo foram efusivamente ovacionados. Na abertura da II Conferência, com o auditório lotado, ouvimos vaias, gritos de protesto, cartazes e palavras de ordem que criticavam diretamente a presidente Dilma e a sua gestão e denotavam uma atmosfera de insatisfação geral.

Os protestos direcionavam-se primordialmente ao veto do kit anti-homofobia nas escolas, decisão que teria sido tomada pela presidente sob pressão de lideranças religiosas.¹⁶ Alguns cartazes faziam referências e cobravam a necessidade de criminalização da homofobia, numa alusão bastante clara ao projeto de lei que tramitava desde 2006 no Congresso Nacional.¹⁷ Três enviados do governo federal compuseram a mesa de abertura representando a presidente: a ministra Maria do Rosário (Secretaria de Direitos Humanos – SDH), a ministra Luiza Bairros (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR) e o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República). Diante das vaias, a ministra da SDH procurou reverter a situação, dizendo estar presente como ministra da presidente Dilma: “orientada diretamente pela presidente Dilma

¹⁶ O kit foi um material educativo de combate à homofobia nas escolas, elaborado pelo Ministério da Educação, que deveria ser distribuído nas escolas de ensino médio da rede pública. Entretanto, em maio de 2011, a distribuição do material foi suspensa pela presidente Dilma sob a alegação de que parte do material traria conteúdo não adequado para distribuição nas escolas e deveria ser reformulado. Já a acusação do movimento social e as versões que circulavam na imprensa denunciavam que a decisão teria sido tomada pela presidente sob pressão de lideranças religiosas. Dilma teria negociado com a bancada parlamentar evangélica o veto ao kit anti-homofobia em troca da garantia de que o ex-ministro Palocci não seria chamado a depor no Congresso para dar explicações sobre o crescimento de seu patrimônio durante o período de sua atuação no ministério. Ver “Para salvar Palocci, Dilma cede e suspende kit anti-homofobia”, publicado em 25 de maio de 2011, Estadão.com.br (<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,para-salvar-palocci-dilma-cede-e-suspende-kit-anti-homofobia,724005,0.htm>). Disponível também o anexo C2 (p. 340-341); “Após pressão, governo irá reavaliar kit anti-homofobia”, em 19 de maio de 2011, Folha.com (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/917690-apos-pressao-governo-ira-reavaliar-kit-anti-homofobia.shtml>); “Militantes pretendem vaiair Dilma por veto ao kit anti-homofobia”, em 11 de julho de 2011, Portal Terra – Notícias (<http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI5236200-EI8266,00-Militantes-pretendem+vaiair+Dilma+por+veto+ao+kit+antihomofobia.html>); “Um ano após veto, MEC diz que não desistiu de kit anti-homofobia” (<http://noticias.terra.com.br/educacao/um-ano-apos-veto-mec-diz-que-nao-desistiu-de-kit-anti-homofobia,677a42ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.Html>). Para uma análise minuciosa e sofisticada do Projeto Escola sem Homofobia, ver Leite (2014).

¹⁷ O PLC 122/2006 é um projeto de lei, originado na Câmara dos Deputados, que propõe a criminalização da discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

para estar aqui, trabalhando pela superação da homofobia”. Disse ainda considerar e respeitar as reclamações anunciadas e que estava ali para “reacender a chama da confiança no governo da presidente Dilma”. Grande parte da insatisfação manifestada pelos presentes nessa solenidade de abertura se devia justamente à ausência da presidente, o que refletiria diretamente o não comprometimento do seu governo com a “causa LGBT”. Outra grande reclamação se direcionava também à ausência do ministro da Educação e do ministro da Saúde, presentes na reunião de 2008.

Durante a II Conferência Nacional LGBT, o ponto alto de comemoração foi a decisão do Supremo Tribunal Federal que garantiu o direito de união estável aos casais de mesmo sexo em maio daquele ano.¹⁸ A ministra da SDH ressaltou a importância histórica dessa decisão por seu papel na introdução de um novo conceito de família e exaltou a figura do ministro Ayres Britto, relator da ação no Supremo, que, em seguida, faria a palestra magna de abertura, intitulada “Reconhecimento de LGBT como sujeitos de direitos”.

As falas na abertura de 2011 certamente não causaram o mesmo impacto das de 2008, possivelmente porque não estavam envolvidas na mesma aura de “marco histórico”. Além das ministras, compuseram a “solenidade de abertura” um deputado federal, Jean Wyllys¹⁹ (PSOL-

¹⁸ O julgamento teve origem na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132. A ADI 4277 foi ajuizada pela Procuradoria Geral da República e pediu o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, e que os direitos e os deveres previstos na Constituição para uniões estáveis fossem equiparados às uniões estabelecidas entre pessoas do mesmo sexo. A ADPF 132, apresentada pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, alegou que a não aplicação às “uniões homoafetivas do mesmo regime jurídico das uniões estáveis” feria o princípio da dignidade da pessoa humana e os princípios da igualdade, da liberdade e da segurança jurídica, todos explicitados na Constituição Federal. As duas ações foram votadas em conjunto e aprovadas por unanimidade. A partir da publicação do acórdão do STF, todos os tribunais do Brasil devem seguir o mesmo entendimento (O documento referente ao acórdão pode ser encontrado no endereço: <http://www.stf.jus.br/portal/autentica-cao/>, através do número ‘1319706’. Acesso em: abr. 2013).

¹⁹ Com formação em Jornalismo e Letras, Jean Wyllys ficou famoso em 2005 depois de ganhar uma edição do *reality show* Big Brother Brasil. Atuou como professor em universidades particulares e como articulista de revistas de grande circulação. Foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro para o mandato 2011-2015. Segundo o seu *site*: “Jean Wyllys tem uma história de envolvimento com trabalhos em favor da justiça social, de uma educação para a cidadania e para a valorização da vida, e em favor das liberdades civis que remonta à sua adolescência, quando pertencia às pastorais

RJ), e mais cinco representantes do movimento social. Entre estes últimos, algumas falas se referiram ao presidente Lula, lamentando a sua ausência ou novamente exaltando a importância de sua presença na primeira edição do evento. Todos fizeram menção à garantia da laicidade do estado, em face da presença dos “fundamentalistas”, ou “ditadura evangélica”, ou “ditadura religiosa”, no Congresso.

O segundo dia da conferência foi dedicado à plenária inicial de discussão e aprovação do “Regimento Interno” e aos painéis “Poder Legislativo e direitos da população LGBT”, “Políticas públicas e direitos da população LGBT” e “Políticas de inclusão social e cidadania da população LGBT”. Os painéis foram montados de maneira que as exposições ficassem a cargo de representantes do governo (de secretarias e ministérios), e o debate e a coordenação das mesas couberam a pessoas ligadas ao movimento social e à universidade. Após a noite de abertura e um dia inteiro de painéis expositivos, o terceiro dia da conferência foi dedicado aos grupos de trabalho, organizados em torno de nove eixos.²⁰

Como resultado consolidado da I Conferência, realizada em 2008, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT em maio de 2009. A II Conferência seria o momento de avaliar a execução desse plano e aperfeiçoar propostas. Mas isso não foi feito. Os grupos de trabalho tiveram como tarefa formular cinco grandes diretrizes orientadoras. Essas diretrizes, discutidas e aprovadas em plenária no quarto dia do evento, teriam o propósito de servir de base para que o Conselho Nacional LGBT elaborasse um novo plano ou uma nova versão do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Mas essa dinâmica não ficou bem esclarecida entre os participantes, e o

da Juventude Estudantil e da Juventude do Meio Popular, e atuava nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Parceiro dos movimentos LGBT, negro e de mulheres, Jean Wyllys participa de ações que combatem a homofobia, a intolerância e o fundamentalismo religioso, a discriminação contra o povo de santo, o trabalho escravo, a exploração sexual de crianças e adolescentes e as violências contra a mulher” (<http://jeanwyllys.com.br/wp/bio>. Acesso em: abr. 2013).

²⁰ 1. Poder Legislativo e direitos humanos da população LGBT; 2. Cultura, turismo, esporte e comunicação social; 3. Saúde; 4. Educação; 5. Combate à miséria, desenvolvimento social, trabalho, geração de renda e previdência social; 6. Sistema de justiça, segurança pública e combate à violência; 7. Enfrentamento do machismo e do racismo, promoção da igualdade racial e políticas de juventude; 8. Pacto federativo e articulação orçamentária; 9. Direitos humanos e participação social.

resultado disso foi que alguns grupos se dedicaram de fato à elaboração de grandes diretrizes, enquanto outros se concentraram em avaliar propostas passadas ou formular novas propostas.

A partir daqui me detenho na plenária final, mas antes é necessário escrever uma pequena nota sobre esse momento do evento. Para quem nunca esteve em uma conferência, grande assembleia, reunião ou um evento correlato, alguns dos termos repetidos aqui podem soar estranhos. *Plenária* se refere tanto a um momento específico quanto a um espaço fisicamente delimitado desse tipo de reunião. De preferência, deve ser um espaço amplo, no qual todos os participantes da reunião possam estar ao mesmo tempo. As *plenárias* são essencialmente um espaço de deliberação em que todas as decisões que necessitem ser tomadas coletivamente o serão por meio do voto dos *delegados* – aqueles que estão credenciados para votar – e a decisão da maioria será acatada. Como esperado de uma arena de decisão que se pretende democrática, muitas votações envolvem longos debates e embates. Para o caso da conferência que nos interessa, quase toda votação tornou-se também um espaço de debate. O que e quais decisões devem ou não ser submetidas à plenária são pontos definidos por meio do *Regimento* da conferência, no qual devem constar todas as regras referentes à metodologia de funcionamento do evento. O *Regimento* é a primeira coisa a ser alvo de votação na *plenária*, geralmente na manhã do primeiro dia, antes do início do trabalho nos grupos.

Segundo a metodologia previamente definida para o funcionamento da plenária final da conferência, os presentes podiam se dirigir à mesa diretora em três circunstâncias para solicitar a palavra: colocar uma *questão de ordem*; pedir um *esclarecimento*; e fazer um *destaque* sobre algum ponto, proposta ou diretriz que estivesse sendo colocada em votação. Os *destaques* poderiam ser de *supressão* (quando alguém discorda totalmente de algum item e deseja que ele seja excluído), de *alteração* (quando alguém considera que, com algumas modificações, o item pode ser aprovado) e de *inclusão* (quando alguém quer incluir mais algum termo ao item). Ainda de acordo com a metodologia acordada pela e para a plenária, feito um *destaque*, a pessoa pleiteante (da *alteração*,

supressão ou *inclusão*) deve expor a sua justificativa para a plenária, e, em seguida, outra pessoa defenderá ou não a manutenção do texto original.

Temos então que a razão prática de uma plenária é ser um espaço de deliberação e votação, mas há uma outra razão que ultrapassa as motivações meramente instrumentais: plenárias são espaços de manifestação de grupos, afirmação de identidades, construções pessoais e coletivas de legitimidade política, entre outras questões. Há um modo de se comportar em plenária, uma etiqueta que envolve não só o conhecimento das regras formais de funcionamento, mas também saber fazer piadas e injetar ironias nos momentos corretos, confabular, incitar ou induzir sutil ou explicitamente, gritar, abraçar e beijar "companheiros e companheiras", enfim, saber como se movimentar e proceder no jogo. Elas são, portanto, espaços privilegiados para perceber sujeitos em relação e para as construções do jogo político do campo.

Para citar algumas situações: é comum que as pessoas circulem pela plenária portando ou mesmo vestindo bandeiras de seus grupos, camisetas e cartazes de manifestação. Na plenária em questão, uma personagem andava com um volume da Constituição brasileira e, por vezes, durante exposições ou falas da mesa diretora, jogava-o para o alto. Muitos gritam, vaia, urram, repetem palavras de ordem, vários fazem questão de se manifestar, ter voz na plenária, de acordo com o que estipula a metodologia ou usando alguma outra estratégia para tal. Esse tipo de atitude pode conferir *status* e visibilidade (negativa ou positiva) para o próprio campo. É comum que, em alguns momentos, a mesa que conduz os trabalhos peça calma ou silêncio e se dirija à plenária, cujos "ânimos estão exaltados" ou "à flor da pele". Um caso de piada ou ironia colocada publicamente: duas mulheres, ambas ativistas, velhas conhecidas, uma negra e outra branca, sentadas distantes uma da outra. Eis que, em plenária aberta, enquanto uma terceira pessoa fazia um pronunciamento ao microfone, a branca gritou para que a negra fizesse silêncio. Então, a negra retrucou: "a companheira está

*denegrindo*²¹ a minha imagem” e, ato contínuo, abriu uma sonora gargalhada, no que foi acompanhada pelos demais que assistiam à cena.

A plenária final da II Conferência, que teve início às 9h da manhã do dia 18 de dezembro e término por volta de 01h40 da madrugada do dia 19 de dezembro de 2011, foi um momento bastante interessante para perceber os conflitos e os impasses presentes no campo dos “direitos LGBT” na atualidade. Destaco a seguir algumas situações.

Uma novidade da II Conferência foi a utilização de um mecanismo para votação eletrônica. Cada delegado recebeu uma espécie de controle remoto, no qual devia digitar um número, de acordo com o seu voto. As alegadas vantagens dessa tecnologia seriam o fato de que a votação poderia ser secreta e não haveria dúvidas na contagem de votos, o que, por vezes, acontece quando a votação se dá por contraste visual de crachás. De fato, o uso desse mecanismo pareceu especialmente impressionante quando da votação de uma diretriz do eixo “Direitos Humanos e Participação Social”:

Cena 3 – Madrugada de dezenove de dezembro de dois mil e onze

Uma mulher lésbica e negra fez um destaque de alteração visando à subtração do sublinhado no seguinte trecho do texto: “[...] dando ênfase às políticas afirmativas voltadas para a transformação da realidade da população LGBT, **em especial as travestis e transexuais**” (grifo meu).²² Então o que se seguiu foi o seguinte.

²¹ Talvez seja necessário explicar a piada aqui. “Denegrir” é uma palavra considerada preconceituosa para uma parcela dos que militam no movimento negro e foi, de certa forma, banida de discursos politicamente corretos.

²² Trecho completo: “Os planos municipais, estaduais e nacionais cumprem importante papel na formulação de políticas públicas. Tendo em vista a transversalidade do tema, torna-se necessário discutir o plano de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, as três esferas governamentais, como também os planos de saúde, justiça, segurança pública, trabalho e renda, educação e assistência social, considerando as populações urbanas e rurais, dando ênfase às políticas afirmativas voltadas para a transformação da realidade da população LGBT, em especial as travestis e transexuais” (parte da diretriz 4 do eixo Direitos Humanos).

A justificativa de subtração, feita pela *mulher-lésbica-negra*, pautava-se no fato de que, sempre que se faz referência a um grupo “em especial”, implicitamente se está excluindo outros e que “não só travestis são mortas, lésbicas também são estupradas e esfaqueadas, principalmente as mais masculinizadas”. Em seguida à sua fala, ouviu-se um grito de uma travesti da plenária: “Mas a gente morre mais!”. Então, uma *mulher-lésbica-branca* se levantou para defender a manutenção do texto original. Seu argumento foi o de que todos sofrem violência, mas é preciso reconhecer que as travestis e transexuais sofrem mais e algumas pesquisas existentes comprovariam isso. A réplica que se seguiu da *mulher-lésbica-negra*, na tentativa de um acordo, propunha que fosse acrescentado ao texto “em especial, travestis, transexuais e lésbicas masculinizadas”, pois, segundo ela, as masculinizadas sofreriam tanta violência quanto as travestis.

Foi chamada a votação, entre a manutenção do texto original (proposta 1) ou o acréscimo: “travestis, transexuais e lésbicas masculinizadas” (proposta 2). A contagem dos votos resultou em empate: 48,9% a favor da proposta 1 e 48,9% a favor da proposta 2, com 2,04% de abstenções.

Uma segunda rodada de defesas foi aberta. A favor da proposta 1, uma *mulher-transexual-branca* defendeu que “lésbicas que não aparentam ser” não sofrem a mesma violência que travestis e transexuais, que “carregam no rosto a marca do que são”. E a favor da proposta 2 falou outra *mulher-lésbica-branca*. Segundo ela, as lésbicas não aparecem nas estatísticas justamente porque são “invisibilizadas pelo machismo e pela lesbofobia”. Seu argumento foi o de que os crimes contra a mulher seriam usualmente classificados como crimes passionais, tendo a dimensão da orientação sexual ofuscada. E, ainda, quando uma travesti ou transexual morre, “é pelo peito, pelo que tem em comum conosco [mulheres lésbicas], não pelo pinto”.

Novamente foi chamada a votação eletrônica. Dessa vez, foram 60 votantes,²³ 70,97% dos votos pela inclusão de “travestis, transexuais e lésbicas”, 25,81% pela manutenção de apenas “travestis e transexuais” e 3,23% de abstenções. Ao final da apuração, uma delegada pediu declaração de voto de abstenção e disse estar impressionada com o que tinha acabado de ver ali, pois todo aquele processo apontava para os limites da política de identidade, que seria uma política que hierarquiza, e “todos nós sofremos”.

Um das questões que subjazem a essa cena é: Qual a medida do sofrimento a ser colocada como parâmetro para a criação de mecanismos de proteção e garantia de direitos? Essa pequena situação explicita um conflito antigo entre as letras “T” e “L” do coletivo *LGBT*. E falo mesmo em letras porque, antes de ser uma disputa tangível entre sujeitos encarnados, é uma disputa entre identidades abstraídas de seus contextos e que reverbera provocações interessantes envolvendo a interseção entre cor/raça, classe, orientação sexual e performances de gênero.²⁴

Mesmo que, na fala das personagens envolvidas na cena, a cor/raça não tenha sido verbalizada como um dos elementos que matizavam a disputa, este era, sem dúvida, um dos componentes que estava em jogo. Quem chamou a atenção sobre o “destaque” do texto foi uma lésbica, negra e de performance estético-corporal mais masculinizada, que contrastava com a estilização mais feminina das outras participantes da disputa. Nesse sentido, essa cena aponta para o que Gregori (2011, p. 31) destaca em diálogo com as elaborações de Judith Butler: “ninguém faz o gênero sozinho, ele implica uma relação, uma socialidade”.²⁵

²³ Vale apontar que essa cena ocorreu em momento avançado, na madrugada do dia 19/11, e a plenária já se encontrava bastante esvaziada.

²⁴ Sigo a proposta de Judith Butler (2008 [1990]), na qual o gênero é compreendido como um efeito de atos performatizados: “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2008, p. 59).

²⁵ Trecho completo: “Gênero, nesse sentido, é um aparato construído nas práticas sociais que materializam os corpos e que instituem constrangimentos, estando longe de ser algo que conduz

Ao discutirem o percurso de formação da “identidade lésbica” e as nuances implicadas na sua mobilização política, Guilherme Almeida e Maria L. Heilborn (2008) tecem considerações fundamentais a respeito da relação entre cor/raça, classe e performances de gênero nas trajetórias de mulheres integrantes de movimentos de lésbicas. Para tratar dos estereótipos sexuais associados à “mulher-negra-lésbica”, os autores acionam alguns dos desenvolvimentos de Laura Moutinho (2004) a respeito de como o vetor “cromático” que se articula com as assimetrias de gênero pode imprimir sentidos particulares aos trânsitos “libidinais” envolvidos em relações heterocrômicas (ou interraciais). Esses estereótipos sexuais associados à exotização racial são refletidos nas figuras da “mulata lésbica” – “constituída nos moldes dos atributos de gênero feminino” e da “fancha negra” – “comumente constituída nos moldes do homem negro” (Almeida e Heilborn, 2008, p. 245). Nesse sentido, os autores argumentam que raça, gênero e classe social são aspectos inseparáveis da discussão sobre maneiras e modos de engajamento político acionados pelos atores desse campo.²⁶ Considerar as maneiras como se interseccionam contextualmente é fundamental para a compreensão de formas de produção das diferenças e de sua hierarquização.²⁷

A Cena 3 permite vislumbra o quanto a interseção de diferentes marcadores sociais sempre opera de maneira relacional não só no cotidiano das vidas dos sujeitos, mas também na constituição do próprio campo dos “direitos LGBT”.

Outro ponto interessante da plenária final foi o momento da discussão de uma diretriz que trazia o trecho “garantir a

a uma estabilidade definitiva. Tal aparato, neste mesmo sentido, deve ser visto como um conjunto de dispositivos que criam desigualdades de poder, mas também é, simultaneamente, uma estrutura aberta às transformações. Como bem assinala Butler, gênero é uma prática de improvisação em um cenário de constrangimentos. Além disso, não há risco nessa formulação às tentações modernas que conduzem ao substantivismo e aos essencialismos: ninguém faz o gênero sozinho, ele implica uma relação, uma socialidade” (Gregori, 2011, p. 31).

²⁶ Para uma abordagem mais detalhada das relações de engajamento mobilizadas por sexualidade, gênero e raça entre ativistas lésbicas, ver Almeida (2005).

²⁷ Para uma análise acerca das dinâmicas envolvendo o cruzamento entre (homos)sexualidade, cor/raça, classe, ver Moutinho (2006). A autora demonstra como o cruzamento de diferentes marcadores sociais da diferença não pode ser compreendido apenas segundo a lógica da simples soma de subjugações.

interseccionalidade de gênero”. Uma transexual fez um *destaque* nesse ponto. Pedindo *esclarecimento*, disse: “As pessoas estão querendo colocar intersex dentro da sigla, e alguém aqui vai ter que me explicar se intersex está dentro da homossexualidade ou da heterossexualidade”, e então pediu a retirada do termo. Buscando esclarecer a confusão, uma mulher, que se apresentou como “militante e acadêmica”, disse que a palavra “não tem nada a ver com intersexualidade, tem a ver com o entrecruzamento. A gente vai falar da trans negra, da lésbica negra. E as pessoas que vão executar a política têm esse entendimento do significado do termo”. Ao que a transexual replicou: “A palavra é um termo acadêmico, e a maioria das pessoas aqui não entende o que quer dizer, entendem como intersex”. Uma outra mulher gritou da plenária: “É uma questão semântica; se fosse intersex, estaria escrito com ‘x’”.

Após esse pequeno debate, a mesa que coordenava os trabalhos no momento interveio: “Entendemos que essa palavra, ‘interseccionalidade’, não funciona porque a sociedade civil não a entende, ainda que acadêmicos a expliquem”. Então, alguém sugeriu que o termo fosse trocado por “entrecruzamento”, mas a plenária não concordou. Por fim, surgiu outra sugestão: “transversalizando as questões de gênero, raça e etnia” e, por consenso, esta foi aprovada.²⁸

O debate ocasionado em razão da *interseccionalidade*, “um termo acadêmico” e “desconhecido da sociedade civil”, leva à outra questão que chamou a atenção na II Conferência: a maneira como a “academia” esteve presente e participou. Convidados com acúmulo de experiência acadêmica no tema já haviam sido convidados para a I Conferência,

²⁸ É interessante notar que a “transversalidade” parece ser compreendida perfeitamente por todos como um conceito que já estaria nas pautas das políticas públicas. De fato, há alguns anos, a inclusão de “temas transversais” ganhou força nas políticas de educação. E a “orientação sexual” é um desses temas, destacados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) desde 1997. No entanto, “orientação sexual” nos PCN funciona como um sinônimo para “educação sexual” e enfatiza questões relacionadas à abordagem da “gravidez indesejada” e da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Altman (2001) destaca que a sexualidade compreendida como um “problema de saúde pública” fez com que a escola fosse vista como um espaço privilegiado para a abordagem da questão, e daí se justifica a sua inclusão como um “tema transversal” que perpassa o currículo pedagógico. Para uma análise mais detalhada do que significa e dos conteúdos presentes na inclusão da “orientação sexual” como um “tema transversal” nos currículos escolares, ver Daniliauskas (2011).

o que ocorreu novamente em 2011. Todos os grupos de trabalho contaram com pelo menos dois “especialistas” convidados. A diferença é que, dessa vez, havia também mais delegados e observadores relacionados à “academia”. Isso pode ser explicado pelo fato de ter havido um crescimento significativo nos últimos anos na área de estudos em gênero e sexualidade de maneira mais geral e também pelo incentivo e financiamento da própria Secretaria de Direitos Humanos, direcionados para a formação de grupos de pesquisa relacionados à “diversidade sexual” e à temática “LGBT” nas universidades. Que lugar tem exatamente a “universidade” nesse processo parece ser um ponto ainda em negociação. Por vezes, é chamada para produzir avaliações, respaldar demandas ou animar debates, entretanto segue sendo acusada de produtora de uma linguagem não compreensível para os demais integrantes da “sociedade civil” e pouco efetiva na produção de respostas políticas mais pragmáticas.²⁹

Como mencionado, na Conferência de 2008 foi decidida em plenária a alteração da sigla para “LGBT”. Novas convenções políticas terminológicas também foram acrescentadas pela Conferência de 2011. Na plenária final, ficou decidido que sempre que os textos resultantes do processo de discussão fizessem menção à discriminação desagregada por identidades, usando os termos “lesbofobia” e “transfobia”, deveria também ser feita menção à “bifobia”, termo relativo a bissexuais não muito utilizado até então. Outra inclusão foi “expressões de gênero”, que, a partir dali, deveria ser acrescentado sempre que se fizesse referência a “orientação sexual e identidade de gênero”. Foi acrescentado “identidade de gênero”, pois orientação sexual não contemplaria travestis e transexuais. Agora o termo “expressões de gênero” deveria contemplar sujeitos que vivenciam outras expressões de gênero não convencionais. Por fim, a nova inclusão que apareceu na plenária foi “capacitismo”. Essa palavra seria um neologismo criado para significar o estigma que recai sobre pessoas com deficiência, tidas como não capazes. Seria, então,

²⁹ Este ponto voltará a ser discutido mais detidamente na Parte III.

uma expressão para dar conta do preconceito contra pessoas com deficiência, um termo análogo a “machismo” e “sexismo”, por exemplo.

Dois outros pontos de conflito e disputa que pairaram durante toda a conferência referem-se ao Estatuto da Diversidade Sexual – anteprojeto elaborado por integrantes da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – e ao PLC 122/2006 – mais conhecido como o projeto de lei que criminaliza a homofobia.

A proposta do Estatuto da Diversidade Sexual segue os moldes de outros estatutos já existentes e pretende reunir em uma legislação única “todas as questões envolvendo diversidade sexual”.³⁰ Em 2008, na abertura da I Conferência, dirigindo-se ao presidente Lula, que estava na mesa, o presidente da ABGLT já havia proposto a criação de um “Estatuto GLBT”, “como existe o da igualdade racial e o do idoso”. Naquele momento, a plateia reagiu entusiasmadamente, entretanto, durante os dias que se seguiram, presenciei a questão sendo rejeitada em discussões nos grupos de trabalho. Em 2011, apesar de a ABGLT apresentar a questão como um consenso para o ativismo *LGBT*, foram muitos os que se opuseram ao anteprojeto. Uma das principais críticas se referia ao fato de o Estatuto não ter sido amplamente discutido até então por grupos e lideranças do movimento social ou junto aos integrantes da “população *LGBT*”. Diante dessas críticas, durante a plenária final, um representante da OAB garantiu que o Estatuto estaria disponível para consultas e encaminhamentos de sugestões durante dois meses, a partir daquela data, em um *site* da internet.

Em relação ao PLC 122/2006, é importante destacar que uma parte considerável da frente de esforços da militância se direciona, já há alguns anos, para a criminalização da homofobia. Pauta prioritária para a ABGLT, a demanda pela criminalização da homofobia opera no sentido de reconhecer lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais como vítimas históricas em busca de reparação e proteção estatal. Daí a analogia com dispositivos legais antidiscriminação existentes, como os relacionados à raça, à população indígena ou a pessoas com deficiência.

³⁰ Entrevista com a desembargadora aposentada e presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB, Maria Berenice Dias, publicada em 23 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?clippings&clipping=5053>. Acesso em: dez. 2013.

A estratégia de pressão por essa pauta é a de denunciar casos de violação de direitos e apontar estatísticas de assassinatos por meio de dados produzidos pelas poucas pesquisas existentes e por depoimentos-testemunhos. A resistência à aprovação de qualquer legislação federal referente à criminalização vem sendo creditada aos políticos conservadores e, principalmente, à bancada religiosa evangélica no Congresso Nacional. E aqui é necessário fazer menção à querela envolvendo o PLC 122/2006, que estava em evidência no momento da II Conferência. Esse projeto de lei originou-se na Câmara dos Deputados a partir de um projeto de autoria da deputada Iara Bernardi (PT-SP), de 2001. A primeira proposição estabelecia sanções administrativas a pessoas jurídicas por práticas discriminatórias por motivo de orientação sexual. Somente após sucessivos apensamentos e alterações substitutivas, o projeto ganhou uma forma que propunha tornar crime a discriminação e o preconceito por orientação sexual e também por identidade de gênero, alterando os artigos 1.º e 20 da Lei n.º 7.716,³¹ de 1989, conhecida como Lei Caó, e o §3.º do artigo 140 do Código Penal, de modo a incluir a punição por esse tipo de crime. Com a tramitação estacionada no Senado, no fim da legislatura, em 2010, o PLC 122 foi arquivado e ficou “à espera” de que algum senador o desarquivasse, o que foi feito em janeiro de 2011 pela senadora Marta Suplicy (PT-SP).³²

O projeto seria posto em votação no mês de novembro de 2011, porém, com o texto “flexibilizado” no formato de um substitutivo – fruto de acordo entre a senadora Marta Suplicy e alguns representantes religiosos do Senado, como o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e o presidente da ABGLT, Toni Reis.³³ Esse acordo não foi discutido

³¹ A Lei 7.716 dispõe sobre a punição de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

³² Para o percurso de tramitação do projeto, ver Leite et al. (2011).

³³ Toni Reis é integrante do Grupo Dignidade, de Curitiba. Durante o período de realização desta pesquisa, ocupava a presidência da ABGLT. De acordo com o seu perfil do Facebook, é “professor, formado em letras pela UFPR, especialista em sexualidade, mestre em filosofia, doutor em educação. Ativista pelos direitos civis LGBT” (Acesso em: out. 2013).

com a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT³⁴ ou com o deputado federal Jean Wyllys (um dos líderes da Frente), que, segundo sua exposição em um dos painéis da Conferência, já havia se colocado à disposição para trabalhar no texto em questão. Por fim, em virtude das divergências prevalentes, o texto substitutivo produzido pelas tentativas de acordo da senadora nunca foi efetivamente posto em pauta de votação.

Mas, ainda que não tenha entrado em votação, durante toda a Conferência ficou claro que grande parte das pessoas ali presentes era contrária ao encaminhamento do PLC 122 com o texto do substitutivo que alterava a proposição no sentido de não sancionar expressões contrárias à homossexualidade proferidas em cultos religiosos. Foram feitas algumas propostas, diretrizes e moções que pediam explicitamente a aprovação do PLC 122/2006, entretanto não eram específicas quanto a que texto se referiam: ao original de 2006 ou ao substitutivo de 2011. Devido às controvérsias que gravitavam em torno do projeto, a plenária final decidiu então substituir todas as menções ao projeto específico por um texto que falava genericamente em “criminalizar a homofobia nas mesmas bases da lei do racismo”.

No painel que tratou do “Poder Legislativo”, Jean Wyllys comentou a questão ao abordar o papel da Frente Parlamentar:

[A] Frente tem esse papel de discutir uma política pública e tem papel de discutir as proposições legislativas, como o PLC 122, que foi recentemente objeto de muita polêmica e de muito debate dentro do próprio movimento. De alguma maneira, expôs ali uma fraturinha do movimento. Não digo uma fratura, mas uma fraturinha, e foi saudável essa fratura, porque, de fato, a gente pôde debater o que nos interessa, não é? Qual é a proposição que a gente quer?

³⁴ A Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT é composta oficialmente por 171 parlamentares. Mas Jean Wyllys, coordenador da Frente pela Câmara dos Deputados, explica que esse é um número apenas formal, pois é a quantidade de assinaturas necessárias para criar uma frente. Na prática, não são todos os 171 que atuam, sendo essa uma característica comum a outras frentes do Parlamento. Marta Suplicy era a coordenadora da Frente pelo Senado.

E aí, quando a Frente soube que a senadora Marta Suplicy, que é membro da Frente, estava desenvolvendo uma negociação com a bancada evangélica do Senado – a bancada conservadora, não só evangélica – nós nos preocupamos, porque nós acreditávamos que esse fórum tinha o papel, inclusive, de dar o pontapé inicial nesse debate. Claro que ela sendo a protagonista, porque ela é a relatora, óbvio. Mas a Frente precisava ser ouvida e, junto com a Frente, o próprio movimento na sua diversidade. Porque a gente não pode desconsiderar que o movimento é diverso [...]. E, nesse primeiro momento, quando a gente fez a reunião com a senadora, uma reunião bastante tensa – mas, como sempre, dentro do tempo da democracia – nós concordamos que aquele não era o substitutivo que nós queríamos. Não só nós, da Frente, mas também o movimento, na sua diversidade, não queria.

Segundo o deputado, de todo modo, o projeto não seria aprovado naquele momento, mesmo que fosse apresentado o texto do substitutivo negociado com lideranças religiosas. A colocação na pauta seria uma “armadilha” para que o projeto fosse “derrubado” e saísse de vez da pauta da Comissão de Direitos Humanos:

A gente só avança se a gente dialogar com essa Frente [evangélica]. Mas o diálogo e a construção da estratégia têm que ser dentro da Frente [Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT] e ouvindo os diferentes setores do movimento. [...] Aí, a gente pensa qual é a melhor estratégia e até onde a gente pode ceder [...]. As mulheres batalharam, demoraram o tempo necessário para aprovar a Lei Maria da Penha da maneira que elas queriam [...]. Porque quem pode dizer, legitimamente, somos nós, ou os homossexuais mesmo, ou aqueles aliados [...]. Somos nós que podemos dizer o que é possível negociar e o que não é. [...] Negociação tem que haver sim, porque é parte do conflito, é parte do papel da política mediar conflito. Mas existem pontos inegociáveis para todos os segmentos vitimados ou difamados. Os negros, as mulheres, os idosos, as crianças e os adolescentes, todos esses grupos vulneráveis, têm pontos inegociáveis. Porque não interessa para nenhum de nós a letra morta.

[...] A gente quer uma lei que cumpra, pelo menos, o papel pedagógico de inibir. Pelo menos isso.

O deputado se coloca a favor da criminalização da homofobia, porém se diz também um militante do direito penal mínimo, no qual penas de reclusão poderiam ser substituídas por multas ou prestação de serviços. Apesar de apoiar o PLC 122, o deputado declarou que a pauta de seu mandato é outra, o “casamento civil igualitário”. Essa pauta seria mais estratégica, pois estenderia a muitos um conjunto de direitos relacionados ao direito da família:

O casamento civil tem um efeito ordenador, institui a entidade familiar. A gente precisa aprovar como lei. Não podemos nos contentar com a decisão do STF, porque a gente sabe que a ampla maioria da população não tem acesso à justiça. Não tem Defensoria Pública na maioria dos estados e municípios deste país. Os pobres não têm acesso à justiça. A gente vê pela maneira como eles são tratados. Portanto, não vamos nos contentar com uma decisão do Judiciário.

Essas disputas em torno do PLC 122 apontam para o embate ocorrido em outro âmbito envolvendo estratégias políticas mais amplas utilizadas para a proposição de regulações jurídicas de direitos *LGBT*, embate esse que se dá entre diferentes representações do movimento social e entre distintas estratégias de reivindicação de direitos. Nesse sentido, a figura do deputado federal Jean Wyllys vem se destacando. Segundo suas próprias palavras, “o primeiro deputado gay fora do armário” da história do país, que, como vimos, além de criticar os encaminhamentos dados ao PLC 122 no Congresso, aproveitou o painel em que esteve presente para falar sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de sua autoria, que trata do casamento entre pessoas do mesmo sexo.³⁵

Voltando-me para outro plano da análise, gostaria de ressaltar que é bastante significativo ter ressoado da II Conferência – em marcante

³⁵ Outros aspectos relacionados às estratégias envolvendo essas proposições serão retomados de maneira mais aprofundada no capítulo 3.

contraste com a repercussão da primeira – a insatisfação com as políticas em curso e a acusação feita por alguns de que a conferência servia apenas para legitimar “o que eles quiserem fazer”, sendo “eles” um sujeito não muito claro que pode apontar ora para o governo, ora para determinados setores partidários, ou para alguma liderança do movimento social. Isso porque a conferência não foi um espaço de discussão aprofundada de propostas, mas apenas de deliberação de grandes diretrizes orientadoras para o grupo de pessoas que em outro momento seria o responsável pela elaboração de um plano de ações.³⁶ Ao mesmo tempo, ficou clara a preocupação crescente em elaborar diretrizes exequíveis dentro dos parâmetros apresentados pelo governo.

As conferências produzem uma plataforma legitimada de reivindicações, mas a grande eficácia do processo se dá na direção de agitar articulações e movimentações políticas, no sentido da construção de laços e rupturas, da consolidação de arranjos, da reorganização de conexões intramovimento e de negociações partidárias consideradas estratégicas. Operam para a ostentação de conquistas de determinados agrupamentos e, por vezes, para o oposto, o desmantelamento de redes e associações de aliança e pactos com esferas governamentais. São também um grande espaço de aprendizado, e a formulação de propostas e diretrizes por certo é apenas uma dimensão dessa cena. Esse tipo de evento trabalha essencialmente para a construção da trama de atores e relações que sustentam o próprio campo dos “direitos LGBT”.

Souza Lima e Castro (2008) propõem suspender o qualificativo “públicas” das políticas e tratá-las como “governamentais”. Políticas governamentais seriam, assim,

entendidas como planos, ações e tecnologias de governo formuladas não só desde organizações administrativas de Estados Nacionais, mas também a partir de diferentes modalidades de organizações não redutíveis

³⁶ Ainda que não fosse desprezível a presença de militantes, agora inseridos na estrutura do governo (em coordenação de centros de referência, secretarias, coordenadorias, superintendências, entre outros aparatos administrativos), que se esforçavam em relatar avanços e apontar feitos bem-sucedidos.

àquelas que estão definidas em termos jurídicos e administrativos enquanto partícipes de administrações públicas nacionais (p. 369).

Isso implica considerar não só movimentos sociais e as ONGs, mas também organismos multilaterais de cooperação técnica internacional e, ainda, que

a identificação de problemas sociais e a formulação de planos de ação governamental, sua implementação e a avaliação de seus resultados se dão em múltiplas escalas espaciais, com temporalidades variáveis, no entrecruzamento de amplos espaços de disputa, muitas vezes desconectados entre si na aparência (p. 369).

Seguindo esse raciocínio, poderíamos dizer que grandes eventos “exibicionistas”, como os observados aqui, servem também a propósitos distintos do seu declarado objetivo, operando não para (re)formular “políticas públicas”, mas para (re)formatar o campo de determinadas ações governamentais.

Para Bourdieu (1989), um campo se define justamente ao determinar o que está em *jogo* e os interesses específicos que são irredutíveis ao que está em *jogo* em outros campos. É ainda essencial para que exista o *jogo* ter gente disposta a participar e ciente das regras, dos comportamentos esperados e, mais uma vez assumindo o risco da redundância, do que está em *jogo*.

Esses espaços de construção de representantes e representações são ocupados por poucos sujeitos, e essas disputas são feitas por meio da mobilização de diferentes capitais, fazem-se com o corpo, com a cor/raça, com diferentes performances de gênero (como na Cena 3), com relações pessoais, trajetórias profissionais, acadêmicas e militantes. Encontros como as Conferências são espaços privilegiados para a emergência desses diferentes marcadores, um caldeirão propício à efervescência de disputas de poder. São ao mesmo tempo espaços fundamentais para a enunciação de identidades e demandas que

aparecerão decantadas mais tarde nos documentos construídos como corolários desses encontros/confrontos.³⁷

Documentos, cartas de intenções, acordos, comprometimentos, construção de laços e grupos, formação e reatualização de lideranças, são todos produtos da conferência ou relações nela sedimentadas. Além disso, o evento público, promovido pelo governo federal, resulta em diversas eficácias: a produção do “Estado” que reconhece, que se compromete e que se faz mais “Estado” nesse jogo; a produção (ou o reconhecimento) de lideranças, de novos problemas sociais a serem combatidos; e o “reconhecimento da homofobia” pelo “Estado” brasileiro. Reconhecimento que produz (mais) uma população historicamente discriminada e negligenciada até então, pois “um ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação” (Bourdieu, 1989, p. 165). As conferências e todo o processo de delegação que as sustenta simulam uma espécie de “ato original de constituição” da *população LGBT* nos termos em que vem sendo *gestada e gerida* (Souza Lima, 2002) pelo governo brasileiro na atualidade.

O evento fabula a passagem do individual ao coletivo, “a transcendência do grupo em relação ao indivíduo singular”:

Portanto, essa espécie de ato original de constituição, no duplo sentido, filosófico e político, que a delegação representa é um ato de magia que permite fazer existir o que não passava de uma coleção de pessoas plurais, uma série de indivíduos justapostos, sob a forma de uma pessoa fictícia [...] (Bourdieu, 2004, p. 194).

³⁷ Essa interpretação sobre o papel das conferências se assemelha às considerações tecidas por John Comerford (1999) a respeito de reuniões de organizações de trabalhadores rurais. O autor analisa que, “para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse processo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação das redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar” (p. 47).

Retomando o estado-ideia postulado por Philip Abrams (1988), Timothy Mitchell (2006) chama a atenção para a separação entre estado e sociedade, ou para o desenho desses espaços como distintos por definição. Para o autor, o estado moderno aparece como um aparelho destacado do resto do mundo social e, desse modo, questiona onde estariam as fronteiras entre estado, sociedade e economia e se estas de fato não existem apenas como um efeito de processos de representação, regulação, práticas e técnicas burocráticas que criam a aparência do “Estado” como uma entidade abstrata e apartada. A esse processo o autor chama “efeito de estado”.³⁸

Os episódios de abertura das conferências aqui relatados encenam ritualisticamente a separação entre estado e sociedade. Ao estabelecerem limites entre “Estado” e o que não é “Estado”, delineiam a substancialização de categorias que corroboram tais limites, como “movimento social” ou “sociedade civil”. Na primeira conferência, a sociedade (civil) deposita a sua crença no estado e confiança no governo – “Nós colocamos nas suas mãos o nosso futuro para a questão da discriminação”³⁹ – e celebra o reconhecimento e o comprometimento do estado encarnado em eloquências, tais como:

Eu posso dizer a vocês, no que depender do apoio do governo, no que depender do apoio do Poder Executivo e dos ministros, que nós iremos trabalhar para que o Congresso Nacional aprove o que precisar aprovar nesse país. [...] obviamente que nós seremos honestos [...] aquilo que não puder ser feito, a gente vai dizer com o mesmo companheirismo, isso aqui não dá, isso aqui não passa [...] se não estabelecermos essa relação

³⁸ “We should address the state as an effect of mundane processes of spatial organization, temporal arrangement, functional specification, supervision and surveillance, and representation that create the appearance of a world fundamentally divided into state and society or state and economy. The essence of modern politics is not policies formed on one side of this division being applied to or shaped by the other, but the producing and reproducing of these lines of difference” (Mitchell, 2006, p. 185).

³⁹ Trecho do discurso do presidente da ABGLT, por ocasião da abertura da I Conferência Nacional LGBT, em 2008.

*companheira entre nós, terminaremos a Conferência e voltaremos a ter as desconfianças que tínhamos antes de entrar aqui.*⁴⁰

Na II Conferência, a sociedade (civil) insatisfeita ameaça com descrença e desconfiança quando, na solenidade de abertura, os participantes se dirigem com vaias, gritos, cartazes e palavras de ordem que criticam a atuação do governo. E, como resposta, recebe mais um voto de compromisso:

*Considero essenciais as palavras que o nosso governo escutou na abertura dessa conferência. [...] A nossa missão é superarmos a homofobia. A nossa missão é construirmos um Brasil pelos direitos humanos. [...] É um compromisso de vida que está empenhado na ação do governo da presidenta Dilma, no seu programa e nas ações dos seus ministros, como o que desenvolvo para honrar a missão que me foi conferida por ela [...] Dirijo-me a vocês, portanto, com compromissos de trabalho de cada ministério, de cada pasta, para afirmar que nós ouviremos, nessa conferência, muitas questões, mas que vocês não sairão desta conferência com os braços vazios. Vocês sairão dessa conferência com firmes compromissos, assinados pelo nosso governo [...] olhar para vocês, reacender a chama da confiança de que o governo da presidenta Dilma defenderá intransigentemente os direitos humanos de cada brasileiro, de cada brasileira, e se posicionará claramente com ações concretas contra toda violência torpe, contra todo assassinato, contra toda discriminação.*⁴¹

De uma conferência à outra, da expressão de fé incontestante, o governo passa a receber a ameaça da desconfiança. E apenas a ameaça, porque a desconfiança ou a descrença total seriam o equivalente a

⁴⁰ Trecho do discurso do presidente Lula, por ocasião da solenidade de abertura da I Conferência Nacional LGBT, em 2008.

⁴¹ Trecho do discurso da ministra dos Direitos Humanos durante a solenidade de abertura da II Conferência Nacional LGBT (*Anais da II Conferência Nacional LGBT*, pp. 21-24).

abandonar o jogo. Reconhecimento em troca de crença e confiança.⁴² Eventos como as conferências atualizam a separação entre estado e sociedade, reatualizam a crença no estado-ideia e reforçam o efeito de estado, ao mesmo tempo que habilitam a possibilidade de uma desconfiança ameaçar administrações e administradores (ou governos) em particular.

É preciso haver concordância entre as partes envolvidas a respeito dos termos do jogo, e essa relação ritualizada entre compromissos/comprometimentos e (des)confianças produz a substancialização da “sociedade civil” e do “Estado”. E é a possibilidade da desconfiança por um governo ou por um governante em particular que, paradoxalmente, permite que a crença no “Estado” seja mantida e reforçada. Embora entre uma conferência e outra tenha havido a ameaça de quebra de um pacto de confiança, ao fim e ao cabo, percebe-se o reforço da crença nos modos de funcionamento das institucionalidades estatais.

Nesse contexto, é relevante pontuar que, em oito anos de gestão, o governo Lula promoveu 74 conferências versando sobre 40 temas diferentes. Segundo pesquisa realizada em parceria pelo Inesc-Pólis, 70% desses eventos foram a respeito de temas inéditos, cuja primeira edição aconteceu entre 2003 e 2010, caso da conferência LGBT.⁴³

Na conferência de 2011, um representante do ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, declarou que, entre as linhas de atuação dessa secretaria, a principal era a “participação social”. Mais do que isso, afirmou que a “participação social” era o seu “método de gestão”. Entre os “instrumentos de participação” elencados estão: conferências, ouvidorias, conselhos

⁴² “O poder simbólico é um poder que aquele que está sujeito dá àquele que o exerce um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que está sujeito crê que ele existe” (Bourdieu, 1989, p. 188).

⁴³ Também segundo a pesquisa, os objetivos das conferências foram agrupados em quatro categorias: “proposição, como já era esperado, mas também tinham outras finalidades, como fortalecer a participação, analisar situações e agendar assuntos”. Relatório final do projeto/pesquisa: “Governança democrática no Brasil contemporâneo: estado e sociedade na construção de políticas públicas”. Arquitetura da participação no Brasil: avanços e desafios. Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/textos/rela-torio-arquitetura-da-participacao-social-no-brasil>. Acesso em: fev. 2012.

de direitos, canais de internet e outros mecanismos de “interação com o Estado”.

O governo entende, prezados amigos, a democracia como um processo político e social, em que a participação dos cidadãos é essencial para definir a prática democrática. Assim, não é por acaso que a interação democrática entre o Estado e a sociedade civil é um dos eixos orientadores do terceiro Programa Nacional dos Direitos Humanos do Governo Federal, o PNDH-3. O crescente número de pessoas e organizações envolvidas nos espaços de interação com o Estado confere ao Brasil maior possibilidade de encontrar soluções para os problemas que enfrentamos, corresponsabilizando todos os atores envolvidos.

Não é por acaso que os discursos de representantes governamentais a todo momento ressaltam o envolvimento e a parceria com a sociedade civil como um signo de sucesso da gestão, corroborando um determinado modelo almejado de estado democrático.

No próximo capítulo, volto-me para alguns dos documentos – como as diferentes versões do Programa Nacional de Direitos Humanos – que, de certa forma, provocaram a realização de conferências, e outros que foram produzidos a partir delas. Viso não a uma análise exaustiva, mas a percorrer alguns fios da trama que vem constituindo “sujeitos LGBT” e progressivamente moldando novos repertórios de sentido e de reconhecimento de sujeitos e suas “especificidades”. Procuro deslindar algumas questões: Como as conferências surgiram e quais são os seus antecedentes? O que as torna possíveis e desejáveis? E por que esse foi o formato escolhido?